

# FH cobra mais investimento estrangeiro

**Presidente rejeita crítica à quebra parcial dos monopólios e se diz "decepcionado" com falta de recursos do Exterior**

Esta é a íntegra da entrevista coletiva concedida pelo presidente:

**Sistema Brasileiro de Televisão** — Críticos do governo, tanto de partidos da base governista como da oposição, vêm dizendo que o discurso governamental está concentrado demais nessa questão das reformas constitucionais e que há certas áreas do governo que dependem mais de ações de gerência que não estão sendo bem cuidadas. A prova disso é que uma recente pesquisa mostrou que a principal preocupação da população ainda é saúde e educação, que dependem hoje menos das reformas e mais de ações de gerência. Ações mais eficazes em áreas como essas nervosas da população podem ser esperadas agora, depois de cessar essa fase de remessa das reformas ao Congresso, ou só depois que as reformas forem aprovadas?

**Fernando Henrique Cardoso** — Não são os críticos, não. É o presidente que tem dito isso. Eu acho que, ao lado das reformas, existe todo um caminho de gerenciamento de governo e há muitas matérias que não são atinentes à reforma constitucional, mas são de gestão. Eu concordo com isso. Só que, claro, as reformas são importantes para facilitar. Tomemos o caso da saúde: hoje, a Previdência Social ocupa praticamente todos os recursos das contribuições

sociais, ou quase todos — o Cofins ainda vai para a saúde. Ora, isso diminuiu muito a nossa capacidade de atendimento. Então, as reformas são importantes também para isso. Agora, com relação à educação, nós já tomamos medidas: se se recordarem, eu já participei de três eventos e vou participar de mais, para mostrar o que vamos fazer na educação e o que já estamos fazendo. Não é para depois, é já. O ministro da Educação tem um plano

claro sobre o que fazer. Ainda ontem, em discurso aos reitores das universidades do Brasil, disse que nós vamos modificar o relacionamento do Ministério da Fazenda com as universidades; estamos pensando em autonomia financeira, que é uma coisa importante, para que as universidades assumam a responsabilidade dos gastos e não simplesmente as transfiram para o Tesouro. Nós alteramos o modo pelo qual o Ministério da Educação se relaciona, por exemplo, com o salário-educação, que vai ser distribuído diretamente às escolas — fato único, nunca houve —, porque a escola, a comunidade, sabe o que fazer melhor com o dinheiro do que os canais burocráticos. Nós autorizamos que a distribuição do livro escolar e a escolha do livro escolar em Minas Gerais seja feita diretamente pela autoridade regional. Vamos fazer o mesmo no Paraná. Estamos preparando, portanto, um avanço que já vinha da gestão anterior na distribuição dos livros escolares. São coisas que já estão feitas, nós estamos alterando ou, pelo menos, dando instruções no que diz respeito ao currículo básico. Nós estamos criando um sistema de televisão educativa à distância, que não é para escola, é para o professor. Porque a questão fundamental do ensino básico, que não afeta a nós diretamente, o ensino básico diz respeito ao treinamento do professor, que nós estamos instituindo este sistema com muito empenho com o doutor Roberto Mulyaert, que está preparando com o ministro Paulo Renato Souza. O governo federal não tem responsabilidade direta sobre o pagamento de salário dos professores primários, mas ao dar o salário-educação mais diretamente às escolas, livrando os governos estaduais e municipais de certos gastos, isso pode contribuir para que o piso do professor primário seja aumentado, que é necessário aumentá-lo. Então, nós não estamos deixando isso para fazer depois. Nesse mês e meio já fizemos muita coisa com a educação. Quanto à saúde, da mesma maneira o ministro Jatene tomou medida singular, mas importante. Em primeiro lugar, nós já estamos, praticamente, com o pagamento dos convênios em dia, falta muito pouquinho para pagar em dia. Com a moeda estável, um atraso de 30 dias é ruim, mas não é dramático, como era quando havia inflação. Em segundo lugar, o ministro Jatene inverteu um pouco a ordem das coisas. Nós estávamos habituados, desde que eu estava no Ministério da Fazenda, a ver quantidades grandes de pessoas interessadas na educação reclamando que o governo não passa os recursos, na área conveniada. Pois bem, ele fez umas estatísticas e mostrou que há muitos setores que têm interações muito acima da média nacional, e áreas até de Estados prósperos. Parece estranho que em Estados prósperos os hospitais atendam mais gente que nos Estados que têm maior número de pobreza. É algo suspeito. Enquanto não for esclarecido o que está acontecendo aí, esses hospitais não recebem o dinheiro. Porque é muito fácil reclamar muito e não melhorar a gestão do próprio hospital. Não é o governo quem tem que melhorar a gestão diretamente, mas ele tem que criar condições para inverter, para ter também aí a qualidade. Eu diria numa palavra o seguinte: tanto em educação quanto em saúde,

de, a ênfase vai ser em qualidade, não só em quantidade. Qualidade não se resolve de repente. É um processo também cultural. Portanto, não adianta pedir que o governo num mês e meio resolva. Mas a ênfase mudou. Portanto, nós também tomamos medidas nessas áreas também.

**TV Amazonas** — Como vai ser a ação do governo federal em parceria com os governos estaduais da região Norte para o desenvolvimento da Amazônia? E, em especial, como vai ser feita, e se vai ser feita, a manutenção das vantagens comparativas para a Zona Franca de Manaus?

**Fernando Henrique** — Veja, em primeiro lugar, a questão da Amazônia, é uma oportunidade muito boa que me dão de falar sobre ela. Porque eu me referi, em outra oportunidade, às prioridades do governo no que diz respeito ao Rio de Janeiro, ao Nordeste, ao Rio Grande. E eu tenho que mencionar, porque é o que eu penso, a questão da Amazônia. Nós temos toda as condições de mudar, e mudar muito a nossa visão sobre a Amazônia. Eu tenho estado reunido com os governadores da Amazônia mais de uma vez, e o pacto fundamental entre eles, e deles com o governo da União, é o seguinte: se gerou uma imagem sobre a Amazônia de que a Amazônia queria destruir os recursos naturais. Esses governadores todos têm me afirmado que eles estão absolutamente empenhados para a

nova filosofia do desenvolvimento sustentável. Nós vamos fazer uma reunião na Amazônia. Eu com os ministros que têm algo a ver com a Amazônia e os governadores para definir quais vão ser as prioridades e as ações do governo na Amazônia. Mas sobretudo nós vamos, e eventualmente fora do Brasil, mais tarde, transmitir essa convicção de que é possível o desenvolvimento sustentável na Amazônia, e de que o desenvolvimento não pode ser contraditório

rio para a preservação da natureza. Esse é o ponto de vista dos governadores da Amazônia. Turismo é essencial à Amazônia. Delimitação adequada de terras indígenas também. A definição das áreas de exploração mineral também. Eu tenho o compromisso de levar adiante a Transamazônica, que está em estado lamentável, e fazer o link de Tucuruí seguir adiante, porque Tucuruí não está beneficiando a Amazônia. Nós temos compromisso de fazer a Cuiabá-Santarém. Já estão sendo feitas estradas de ligação lá para cima, para a Venezuela. Existem problemas importantes a serem resolvidos sobre o óleo do Rio Negro. Existem compromissos de utilização da energia gerada na Venezuela em Guribem, para trazer para Boa Vista, para Manaus. Eu quero saber com os governadores quais são as prioridades e como é que se faz uma cronologia disso, porque os recursos não são abundantes, mas não quero decidir aqui. Eu não quero dizer uma coisa que amanhã não cumpra. Então, vamos ter uma reunião logo na Amazônia, se possível em março, antes de ir aos Estados Unidos em abril, mostrar esse novo espírito. Vamos apelar aos recursos que existem em abundância na área internacional, mas que só vêm se nós deixarmos claro que nós temos essa nova visão da questão amazônica, nós vamos dar um grande impulso ao projeto Sivam, que é um projeto importante de controle do espaço aéreo através do céu de radares da Amazônia, e que tem um investimento de mais de R\$ 1 milhão. Enfim, nós temos uma quantidade de temas que quero discutir e vamos fazer isso tudo num dia aí, mas vamos definir lá na Amazônia o que fazer. Mas havia uma questão que é específica sobre os incentivos, isso está na Constituição. Não há proposta, nesta matéria, de alteração. Nós temos que examinar com muita objetividade o que significam esses incentivos lá, nós temos que refazer o banco Basa, nós vamos designar alguém com critério técnico, os governadores sabem disso, apóiam. Eu não sou, nunca fui nem serei partidário da utilização de recursos públicos em termos políticos. Nós vamos pensar a Sudam de novo, como a Sudene, como um órgão efetivo de planejamento regional. E nos limites das minhas forças os recursos públicos da Amazônia, em consonância com os interesses do povo da Amazônia, serão usados sem distorções de tipo político. E, na verdade, no que diz respeito à Zona Franca, ela gera empregos, continua gerando empregos, eu sei disso, eu conheço o assunto mais ou menos de perto porque eu o debati no Senado, e não quero me antecipar, mas certamente uma região como a Amazônia precisa de incentivos para que ela possa continuar crescendo.

**Agência Reuters** — Senhor presidente, vários empresários brasileiros e estrangeiros ficam decepcionados com suas propostas e acham que elas são limitadas demais. Eles gostariam de ver, por exemplo, a plena privatização da Telebrás e da Petrobrás. O que o senhor acha dessas queixas?

**Fernando Henrique** — Isso não são queixas, são interesses. Eu tenho que cuidar do interesse nacional. Eles cuidam dos deles. Na verdade eu vou fazer a privatização de acordo com aquilo que nos parece adequado ao Brasil. Faremos a privatização, precisamos do capital estrangeiro aqui. Nós estamos

tirando agora mesmo da Constituição as matérias que poderiam ser obstáculos a que haja privatização. Agora, a definição do que se privatiza, em que momento, é uma questão de interesse nacional e eu espero que os investidores estrangeiros compreendam isso e ao invés de se queixar ponham o dinheiro aqui, porque há muita coisa boa aqui. O setor energético todo está aberto e está necessitando de dinheiro, precisa de US\$ 5,6 bilhões por ano, no mínimo, pra evitar o estrangulamento. Nós vamos privatizar a Ecelsa, que já está aí na lista de privatização. Nós reativamos todo o processo de privatização na parte da petroquímica, que vamos terminar. Nós vamos privatizar a Light, nós colocamos o Banco Meridional na linha de privatização. Não falta a oportunidade de privatização. De modo que eu é que estou um pouco decepcionado com a falta de recursos. Que venham logo.

**Estado** — Até que o salário mínimo seja reajustado em maio, por força de lei, ou até que o Congresso vote a reforma da Previdência, o salário mínimo continuará em R\$ 70? Já existe uma estratégia do governo para evitar o veto ao salário mínimo no Legislativo?

**Fernando Henrique** — Vamos examinar essas questões com muita clareza. O salário mínimo toda gente sabe que é muito baixo etc. Não há porque negar nem deixar de ter muito empenho em que ele aumente. O maior empenho nós já tivemos. Quando fizemos o aumento de R\$ 64 para R\$ 70 e mantivemos estável. Pegue uma série histórica, ao invés de falar, pegue uma série histórica. Quando é que o salário mínimo se manteve, realmente como ele é hoje, de US\$ 85. Hoje, R\$ 70 corresponde a US\$ 85 estáveis, que vêm aumentando... E o real com relação ao dólar só subindo. Então, o governo está empenhado primeiro é nisso, porque senão você aumenta para 100 e ele vira 90, 50, 60 ou 60, 50, como sempre foi no passado. Vamos deixar de falar, vamos olhar os números. Vamos botar diante do País o que aconteceu com o salário mínimo historicamente e o que está acontecendo agora. Por que está acontecendo agora? Porque nós estamos cuidando de que haja capacidade de compra mantida, de que a cesta básica não dispare e de que o valor seja pelo menos preservado. E com uma valorização do real com relação ao dólar, ele foi para US\$ 85, o que há muito tempo não havia. Isso basta? Isso não basta. Só que o novo passo não pode ser dado em detrimento disso. Se eu der um novo passo e que tenha como consequência, ao invés da manutenção do valor real, a queda do valor real, eu estou fazendo demagogia. Eu pedi ao Ministério da Previdência que examinasse quais seriam os efeitos das alterações sobre as contas da Previdência. Tome essa irrisória quantia de R\$ 15, irrisória, vergonhosa. Multiplique R\$ 15 por 15 milhões, que são os beneficiários disso. Vai dar R\$ 225 milhões por mês. Multiplique por 12, dá R\$ 2,7 bilhões. Essa é a tragédia do Brasil, é que a pobreza é grande, que os que vivem de pouco são muitos. Então quando aumentamos, e eu não sou favorável, o salário de um grupinho pequeno, aumentamos muito, isso não altera os grandes números, mas quando não se aumenta quase nada da massa de gente que precisa, isso altera os grandes números. Essa é a pesada herança social que nós temos, essa tem que acabar, e essa não acaba com um decreto meu, essa acaba com esse conjunto de medidas que estamos propondo aqui, para que mudem realmente o Brasil, porque senão fica tudo insolúvel. Agora, essas coisas têm que ser feitas, porque se não são feitas, quem diz, 'Ah, é só quinze', se esquece que 15 são R\$ 2,7 bilhões, e se não fornece o recurso para a Previdên-

cia pagar os R\$ 2,7 bilhões o governo gira a máquina da inflação, e ao girar a máquina da inflação aqueles 15 vão ser menos 20, e aí quem perdeu foi o assalariado. Essas coisas elementares têm que ser ditas ao País com toda a clareza. Ou vocês acham que se eu pudesse dar R\$ 200 de salário mínimo e assinar numa penada, ou R\$ 500 eu não daria? Claro que sim. O ministro Stephanes está fazendo os cálculos para ver,

com responsabilidade, o que pode ser feito. Agora eu até faço um apelo: publiquem os dados e não simplesmente as afirmações. Afirmar é fácil, se me permitem um pequeno latatório. As palavras desaparecem, os números talvez fiquem. É essa a questão. Nós estamos empenhados, esse conjunto de medidas que estamos tomando é para poder aumentar o salário mínimo permanentemente e a mais longo prazo. É claro que nós vamos fazer algo agora, mas esse algo eu vou fazer olhando os números, porque eu não vou enganar nem aposentado, nem trabalhador, nem ninguém. E vou agir dessa maneira, mas certamente no momento adequado diremos o que é possível. E se me mostrarem que pode mais eu faço mais. Ah, eu não estou preocupado com o veto não. Acho que o veto, o Congresso, você explicando ao Congresso as coisas como elas são, e dando as medidas, o Congresso vai ficar numa posição... É um novo Congresso. Eu tenho certeza que ele vai dizer, ele tem uma responsabilidade grande também, que é de fazer as reformas, de preservar o valor do real. E eu não terei dúvida, se for o caso, de discutir na televisão, claramente, do que se trata. Todos os sinais que eu tive do Congresso são de que eles entenderam a situação, tenho falado com as lideranças,

com os partidos, e vão me ajudar a aumentar o salário mínimo. O Congresso quer aumentar o salário mínimo e eu também, eles vão me dar os meios para aumentar o salário mínimo, não precisa veto não.

**Jornal de Brasília** — O senador Antônio Carlos Magalhães, um forte aliado do governo, não tem poupado críticas a ministros de seu governo e até questiona algumas atitudes do senhor como o veto ao salário mínimo. O senhor considera natural esse tipo de atitude dos aliados ou acha que deve ser evitado? O senhor classificaria como 'bufos e arreganhos' essas críticas do senador, às quais o senhor disse que não cederá?

**Fernando Henrique** — Vamos começar pelos bufos e arreganhos. Não passou pela minha cabeça o senador no momento que eu falei. Eu estava falando com dirigentes sindicais. Falei em tese. Só vi nos jornais depois que eu tinha respondido Antônio Carlos. Infelizmente não respondi nada, porque também ele não me falou nada, de modo que não respondi. Com relação à questão de críticas, as críticas num regime democrático são normais, as pessoas podem criticar. Ele não disse isso sobre o veto. Foi o que eu acabei de dizer, que é preciso fazer alguma coisa, é lógico. Ele é político escolado, ele sabe disso. Sabe que o presidente também acha que precisa fazer alguma coisa. Nós estamos num momento em que sempre se põe um pouquinho de pimenta. Não é Pimenta da Veiga, mas um pouquinho de pimenta nas frases. Estou cansado de ver que eu critiquei Fulano, Beltrano, nem passou pela minha cabeça. Outro dia vi que o ministro Malan teria negado algo ao governador Mário Covas, depois que Mário Covas ganhou do Malan. Os fatos não foram assim. Malan disse uma coisa normal: 'Preciso saber se tem inadimplência, porque se tem, se não tiver dou um jeito, vamos ver.' Enfim, é natural. Afinal a gente tem, para poder levar, escrever todo dia no jornal, precisa ter um pouco mais de sensação, e tal. Os meus bufos, a minha referência a bufos, nem passou pela minha cabeça, cada um tem seu temperamento. O Antônio Carlos é senador, se ele fosse ministro não poderia dizer. Mas ele é senador, ele tem a opinião dele. Dirá isso ou aquilo, outros dirão o oposto. Se o presidente da República for ficar preocupado com isso, não viverá no Brasil. Vamos respeitar o estilo de cada um, desde que dentro de certos limites e os limites estão aí respeitados, cada um tem um estilo. Amanhã ou depois, quando o Congresso começar a funcionar, outros dirão outras coisas. Até o Lula cobrou de mim porque eu não reajo ao Antônio Carlos. Eu não sabia, vou chamar o Lula para ser meu assessor.

**Agência Notimex** — Senhor presidente, gostaria de saber quais as dificuldades que estão impedindo, há quase um mês, a concretização da operação de apoio financeiro ao México.

**Fernando Henrique** — Não são dificuldades nossas, não. Essa é uma negociação a nível geral, internacional, não é o Brasil que está dificultando nada. Eu também quero esclarecer essa matéria aqui, houve muita incompreensão nisso. Houve até pesquisa para saber se deve ou não dar. O governo brasileiro fez isso frequentemente, fez com Cuba, fez frequentemente, quando há necessidade, e emprestou. Aqui se tratava de um empréstimo, não era uma dívida, e alguém disse: 'Ah, por que que não faz hospital e dá dinheiro para os estrangeiros?' Porque o dinheiro que está lá fora não pode ser um dinheiro usado internamente, porque é a mesma coisa que girar uma maquininha de inflação. Quem diz sabe disso, é só para confundir a opinião pública. Esses recursos estão lá fora e

eu acho importantíssimo não só que se dê apoio ao México, mas que haja um sistema internacional de apoio recíproco. Por quê? Porque o mundo é interligado, a economia globalizada, tem um sistema de informática muito rápido de computadores, pode haver maior especulação e pode vitimar um país hoje e outro amanhã. O sistema operacional tem que se proteger. Ao tomar uma decisão desse tipo, o Bra-

sil está pensando no conjunto dos países, inclusive nele próprio, é uma coisa normal. Esse é um recurso que fica encostado à disposição, no caso do México, com a taxa de juro internacional, aliás talvez levemente mais alta do que nós recebemos normalmente. Não há nenhuma perda para o Brasil porque é bom para o México e é bom para o mundo todo. Agora, você sabe que as negociações internacionais são complicadas e não é o Brasil que está complicando, não. São outros países. Nós achamos que é importante que o México tenha condições de superar sua crise, que é momentânea. O Brasil, até como disse o presidente Sarney, pela Constituição é obrigado a ter solidariedade latino-americana. No caso, o México é um país latino-americano. Essa solidariedade não custará um tostão ao povo brasileiro, porque as reservas estão lá e serão apenas deslocadas formalmente de um local para outro, até com uma taxa de juro equivalente, no mínimo, ao que já está rendendo. Então é uma coisa normal e o Brasil fará com empenho porque tem muito interesse que o México se restabeleça o mais breve possível.

**Jornal do Brasil** — A reforma tributária, ainda não há consenso, ao que parece, em torno de vários pontos. Ela só vai ser enviada depois do carnaval,

parece que há algumas divergências entre os próprios membros da equipe econômica e os governadores também já se manifestaram, e parece que se opõem, fazem várias resistências a essa reforma tributária. Como é que o senhor pretende ter um consenso em torno da reforma e qual é a sua orientação para a reforma tributária, para a redistribuição do bolo tributário entre União, Estados e municípios? Ainda em relação à questão dos impostos, se a reforma implica na criação de novos impostos, e se estes novos impostos novos aumentariam a carga de impostos para os contribuintes?

**Fernando Henrique** — Os governadores não podem ter dúvidas e nem ter objeções, porque não conhecem. Isso não é verdade. Ontem eu jantei com seis governadores e não houve dúvida

nenhuma. Nós estamos agora começando a apresentar. Então, por enquanto, é onde, que não foi feita pelos governadores. Eu tenho conversado com muitos governadores e a todos tenho dito que eles serão informados. Eles não foram, como é que eles podem ser contra? Não podem ser contra. Em segundo lugar, a decisão de entregar em seguida, baseada nessas reformas, foi dupla, foi por duas razões básicas.

Uma é que eu acho melhor que o País tome consciência mesmo de cada pedaço. Não quero atropelar o Congresso, a opinião pública, e o Congresso vai ser decisivo nisso, os líderes, muito importantes, os partidos. Eles precisam saber cada pedaço. Em segundo, justamente para responder à sua pergunta, porque eu acho que os governadores e os prefeitos precisam ser informados. O governo vai apresentar uma proposta e, em emenda constitucional, a última palavra é sempre do Congresso. Eu não tenho direito de veto mais. Já emenda constitucional não tem veto, é decisão do Legislativo. Então, é lógico que isso continuaremos discutindo no Legislativo e acertando as coisas. Em terceiro lugar, não passa pela cabeça de ninguém aumentar a carga tributária. O que passa é aumentar a base, quer dizer, mais gente pagando, sobretudo a sonegação, mas não se está cogitando de aumentar a carga. Nós estamos desenhando o modelo de forma que não haja perda na repartição do bolo entre Estados, municípios e a União. Tudo isso é muito difícil, não é? Simplificar, aumentar a base, não tem perda havendo algumas mudanças. O governador vai querer saber: 'Mas eu não perco mesmo?' Outro dia eu disse: 'Pois eu também quero saber em nome da União. E eu, não perco?' É lógico que o governador tem que querer saber, e o prefeito também. Então, eu tenho que ser claro. Não há nenhuma divergência de fundo dentro da equipe de governo nessa matéria. O que há é apenas, como isso é uma matéria técnica, são diferenças operacionais entre pessoas das equipes. E eu preciso formar, eu próprio, um juízo sobre essas diferenças operacionais, e eu só vou formar quando eles me derem números, como acabei de dizer sobre salários. Eu gosto de ver número. Às vezes, a ideia é muito bonita, mas qual é o resultado dela? Faz aí uma simulação no computador e vamos ver. Então, isso vai ser feito assim, com boa-fé. Eu tenho encontrado da parte dos governadores, com quem tenho conversado, muito apoio. Quando eu digo realmente o que nós vamos fazer, quando não sabem, claro, começa o especula-daqui-especula-dali, mas quando vêm o que vamos fazer, muito apoio. E eles têm me pedido mais. Eles têm me pedido que eu não esqueça da parte fiscal, ou seja, eles também querem cortar gastos. Alguns governadores estão fazendo, como no caso de São Paulo e do Rio Grande do Sul, um enorme esforço, até difícil, penoso, de dispensa de pessoal. Eles precisam de certas regras que têm mais flexibilidade à administração dos Estados e dos municípios, e isso nós vamos fazer junto com a reforma tributária.

**TV Gaúcha** — Presidente, o senhor escolheu a região sul do Estado do Rio Grande do Sul como prioridade de governo. O que o governo vai fazer? Quais as ações que pretende implementar e em que áreas, para mudar o quadro de estagnação da economia da região sul, principalmente agora com o Mercosul?

**Fernando Henrique** — Bom, em primeiro lugar, nós mandamos ontem ao Congresso uma medida importante para o Rio Grande do Sul, que resolve a questão da empresa de energia na CEEE, porque havia um contencioso, e com esse contencioso, eles não podiam resolver a continuidade da usina de Candiota, que vai aumentar a geração de energia. Em segundo lugar, não foi por acaso que eu escolhi como ministro dos Transportes uma pessoa do Rio Grande do Sul. Por quê? Porque o gargalo de infra-estrutura grande que o Rio Grande do Sul tem hoje é em estradas, de ferro e de rodagem. Nós estamos discutindo com o Rio Grande do Sul, inclusive, a passagem de estradas que são federais para estaduais. O ministro Odacir Klein está empenhado nisso. Há uma estrada importante, não só para o Rio Grande do Sul, mas que liga também Paraná, São Paulo e Santa Catarina, que é a BR-116. Esta aí, nós temos os recursos do BID e nós mantivemos no Orçamento a contrapartida, e essa estrada nós a faremos. Por outro lado, existem problemas na área de transporte ferroviário no Rio Grande do Sul. De novo, é com o ministro Odacir Klein. Eu tenho conversado com o governador Antônio Brito e com o mi-

nistro Odacir Klein, como eu disse, a respeito da Amazônia e sobre o Rio também, onde já definimos quais são os projetos. Eu quero uma definição clara de quais são esses projetos-chaves. E vamos nos concentrar neles. Me parece que os projetos-chaves são esses que eu estou mencionando na área de infra-estrutura viária, incluindo a ponte de São Borja, que é uma ponte importante para ligar com o Mercosul. E para isso está constituída uma comissão e nós vamos levar adiante essa matéria. Eu acho que nossa responsabilidade para com o Rio Grande do Sul é, basicamente, na área de energia e na área de estradas, e isso está sendo feito.

**O Globo** — Presidente, o governo tomou decisões polêmicas na área do setor automobilístico. O consumidor não entende, por exemplo, o aumento do IPI para carro popular e aumento de impor-

tação. Não seria contraditório mudança de regras do governo passado, do qual o senhor foi ministro?

**Fernando Henrique** — Não. Não são contraditórias. Política econômica exige sempre uma sintonia. O que aconteceu é o seguinte: primeiro, as empresas do setor automobilístico estão se comprometendo a fazer investimentos muito fortes no Brasil, inclusive é possível, que em certas áreas, dessas mais problemáticas do

Brasil, para dispersar um pouco a concentração dos investimentos. Pelos cálculos da ministra Dorothea, até o ano 2000, o compromisso variará entre 30 bilhões a 12 bilhões de reais, ou de dólares, não tenho certeza. Bem, é um investimento muito forte. Esse investimento, forte, requer certas medidas também. Naturalmente, essas empresas, como são multinacionais, para elas, do ponto de vista das matrizes, tanto faz fabricar aqui como importar. Se nós deixamos solta a importação, elas não vão investir aqui, elas vão trazer lá de fora. A opção é essa. E nós tomamos a opção clara. Como eu sempre disse, o Brasil vai continuar crescendo. É uma opção de política econômica, não é de reorientação. A economia continua aberta e continuará aberta, mas nós vamos fazer o que qualquer país faz nessa matéria: é orientar a política econômica para que haja o investimento. Haverá investimento. O aumento das alíquotas de importações tem esse objetivo. E, adicionalmente, isso também permite diminuir ou aumentar a nossa condição do superávit da balança comercial, que vai ser mantido. Aliás, devo dizer que esse ano de 95 nós retomamos o superávit da balança comercial, o que é muito importante. Está se vendo através da crise do México como isso é importante. Então, essa medida ajuda nessa direção. Com relação ao carro popular, há um ágio enorme. Ao se fazer isso, o que se está fazendo simplesmente é diminuir o ágio. Então, não existe nada contra o consumidor, nem mudança. Eu acho que o governo Itamar Franco agiu muito bem porque permitiu esse grande boom na indústria automobilística. Agiu muito bem. Agora, temos que nos ajustar ao êxito. Houve êxito, vamos nos ajustar para dar outros passos. É só isso.

**Brasília Super Rádio FM** — Teido em vista que o transporte ferroviário é cinco vezes mais barato que o rodoviário, e o fluvial é quase onze vezes mais barato que o rodoviário, e já que o senhor tomou medidas para desenvolver o País, e isto é um continente, gostaria de saber sua ideia sobre o sistema viário do País?

**Fernando Henrique** — Eu acho que o ponto é central. Nós demos muita ênfase ao transporte rodoviário e estamos corrigindo essa ênfase. Hoje já existe todo um mecanismo de transporte hidroviário, que tem que ser ampliado, que é barato. As obras necessárias para viabilizá-lo ainda mais, algumas são custosas, mas tem muitas que não são. Nós estamos preparando os investimentos nessa área. Agora, isso tem que ser feito em parceria com o capital privado. E nós estamos mandando as medidas necessárias para isso. Hoje já existe uma grande navegabilidade na bacia Paraná-Tietê. Na questão do Rio Paraguai, já existe hoje a possibilidade de trazer mercadorias lá de cima de Cáceres, na Bolívia, e chegar até o porto de Nueva Palmira, no Rio da Prata. É verdade que passando pelo Rio Paraguai, e não passando aqui pelo Brasil, porque isso dependeria de fazer novas edulas, que são mais caras. Há possibilidades imensas na região amazônica, na região do Tocantins. Isso tudo está sendo preparado porque eu acho que é um transporte barato e eficiente. O ferroviário também. Tome por exemplo a famosa ferrovia que vem do Oeste para cá, que vai beneficiar tanto a saída via Belo Horizonte-Vitória como a saída por Santos. Nós precisamos fazer uma ponte ligando São Paulo para atravessar o Rio Grande. Nós vamos fazer. Eu tenho discutido com o ministro José Serra nesse sentido. Quer dizer, nós estamos no começo do governo tentando reorientar e alocar o recurso, mas vai nesta direção. A questão da rede ferroviária é uma questão muito complicada, muito séria. Eu conversei com o ministro Odacir Klein sobre ela. Há dívidas pesadas, há problemas de demanda trabalhista. É muito fácil falar de privatização, e seria bom até fazê-lo, como também de concessões, mas para isso a gente tem que sanar a empresa. E isto está sendo acelerado. O ministro Goldman já havia começado e agora o ministro Odacir Klein está levando adiante esse processo. Como eu disse no Rio Grande do Sul, isso é muito importante. Lá no Norte, também no Porto de Suape, para poder ligar lá para cima, para o Rio São Francisco, nós vamos precisar de investimentos. São pacotes de investimentos que requerem muitos estudos e requerem também ação da iniciativa privada. Mas a orientação do governo é decididamente na direção de operar esse tipo de transporte.

**LULA ME COBROU PORQUE NÃO REAJOU A ACM. VOU CHAMAR O LULA PARA SER MEU ASSESSOR**